“Desconstruindo a restituição de peças africanas: ecos da iniciativa do Museu do Dundo (1951-75) nas propostas actuais de Emmanuel Macron e Sindika Dokolo”: uma visão desde a Ciência Jurídica

Autor(es): Aragão, Alexandra

Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/47305>

DOI: DOI:https://doi.org/10.14195/978-989-26-1849-4_14

Accessed : 26-Apr-2023 15:06:03

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

Euro-Atlântico:
Espaço de Diálogos
Isabel Maria Freitas Valente
Iranilson Buriti de Oliveira
(Coord)

VISÕES INTERDISCIPLINARES DA EUROPA E DO MUNDO:

uma experiência de convergência
disciplinar em homenagem a
Maria Manuela Tavares Ribeiro

Alexandra Aragão
Isabel Maria Freitas Valente
Dulce Lopes
(org.)

Editora da Universidade Federal de Campina Grande
Imprensa da Universidade de Coimbra
2019

“DESCONSTRUINDO A RESTITUIÇÃO DE PEÇAS AFRICANAS: ECOS DA INICIATIVA DO MUSEU DO DUNDO (1951-75) NAS PROPOSTAS ACTUAIS DE EMMANUEL MACRON E SINDIKA DOKOLO”, UMA VISÃO DESDE A CIÊNCIA JURÍDICA

Alexandra Aragão

O interessante texto de João Figueiredo sobre o tema polémico e de grande atualidade que é a restituição de peças de arte suscita, do ponto de vista do Direito, inúmeras reflexões que poderiam futuramente dar origem a estudos especializados, de carácter jurídico. No presente comentário destacamos apenas as seis mais evidentes. Note-se que apesar de estarem em causa, no caso concreto, os direitos francês e angolano, num estudo jurídico sobre o tema poderia justificar-se uma análise comparada destes Direitos com o Direito português, de forma a compreender como é que uma questão idêntica seria resolvida, se visse a colocar-se à luz das disposições do nosso ordenamento jurídico. A alusão, no texto de João Figueiredo, à hipótese da construção de um “Museu do Colonialismo”, justifica ainda mais que refiramos, no presente comentário, normas jurídicas nacionais.

- O papel dos meios de comunicação social na informação e chamada de atenção do grande público para questões relevantes para as relações internacionais. Está em uma liberdade fundamental consagrada na Constituição da República Portuguesa, a liberdade de imprensa nomeadamente na dimensão de independência perante o poder político¹. A Lei de imprensa² reafirma o interesse público da imprensa, definindo o conteúdo e limites da liberdade de imprensa.

---

¹ Nos termos do artigo 38º n.º6 da Lei fundamental, “a estrutura e o funcionamento dos meios de comunicação social do sector público devem salvaguardar a sua independência perante o Governo, a Administração e os demais poderes públicos, bem como assegurar a possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião”.

² Lei n.º782/99 de 13 de janeiro, alterada pela lei n.º18/2003 de 11 de junho, pela Lei n.º19/2012, de 8 de maio e pela Lei n.º78/2015, de 29 de julho.

- A proteção do património cultural dos povos enquanto “património cultural, tornando-o elemento vivificador da identidade cultural comum”³ cuja salvaguarda, no caso do nosso país, é um dever fundamental do Estado português⁴, sendo o património cultural reconhecido como um valor jurídico essencial, suscetível de ser garantido através do recurso à ação popular⁵.

- No plano internacional, o direito de acesso e fruição do património cultural, consagrados em diversos instrumentos internacionais relativos aos direitos humanos, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos⁶, o Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais⁷ e o Pacto Internacional sobre os Direitos Cíveis e Políticos⁸.

- A orientação das relações internacionais pelo princípio da resolução pacífica de controvérsias e pelo respeito dos direitos dos povos, tal como consagrado na Carta das Nações Unidas⁹ e na Constituição da República Portuguesa¹⁰.

- A responsabilidade dos Estados pela restituição de peças de arte indevidamente apropriadas, plasmada especificamente na Resolução da

---

³ Artigo 78º n.º2 c) da Constituição.

⁴ Consagrado no artigo 9ºe) da Constituição da República Portuguesa.

⁵ Artigo 52, n.º3. da Constituição: “É conferido a todos, pessoalmente ou através de associações de defesa dos interesses em causa, o direito de ação popular nos casos e termos previstos na lei, incluindo o direito de requerer para o lesado ou lesados a correspondente indemnização, nomeadamente para:

a) Promover a prevenção, a cessação ou a perseguição judicial das infrações contra a saúde pública, os direitos dos consumidores, a qualidade de vida, a preservação do ambiente e do património cultural”.

⁶ Artigo 27.º 1. “Toda a pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam”.

⁷ Artigo 15 n.º4 “Os Estados-Signatários no presente Pacto reconhecem os benefícios que derivam do fomento e desenvolvimento da cooperação e das relações internacionais em questões científicas e culturais”.

⁸ Artigo 27.º “Nos Estados em que existam minorias étnicas, religiosas ou linguísticas, não será negado o direito que assiste às pessoas que pertençam a essas minorias, em conjunto com os restantes membros do seu grupo, a ter a sua própria vida cultural, a professar e praticar a sua própria religião e a utilizar a sua própria língua”.

⁹ Artigo 1º, n.º2 e 3 da Carta.

¹⁰ Artigo 7º da Constituição.

Assembleia Geral das Nações Unidas de 2015, sobre a proteção dos direitos dos povos indígenas relativamente ao seu património¹¹.

- O Direito à autodeterminação dos povos¹², pilar fundamental ao funcionamento de todo o sistema de Direito internacional, reconhecido na carta das Nações Unidas como um dos seus objetivos fundamentais¹³ e eixo essencial das “relações pacíficas e amistosas entre as nações”¹⁴.

---

¹¹ Resolução A/HRC/30/53, de 19 de agosto de 2015, disponível em https://www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/RegularSessions/Session30/Documents/A_HRC_30_53_ENG.docx.

¹² Na Constituição portuguesa recebido no artigo 7º, n.º3, que deve ser lido em articulação com a norma seguinte, relativa à relação com os países lusófonos: “3. Portugal reconhece o direito dos povos à autodeterminação e independência e ao desenvolvimento, bem como o direito à insurreição contra todas as formas de opressão. 4. Portugal mantém laços privilegiados de amizade e cooperação com os países de língua portuguesa”.

¹³ Artigo 1º n.º2 da Carta.

¹⁴ Artigo 55 da Carta: “Com o fim de criar condições de estabilidade e bem-estar, necessárias às relações pacíficas e amistosas entre as Nações, baseadas no respeito do princípio da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos, as Nações Unidas promoverão (...) b) a solução dos problemas internacionais económicos, sociais, de saúde e conexos, bem como a cooperação internacional, de carácter cultural e educacional; c) o respeito universal e efectivo dos direitos do homem e das liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião”.